

# A Luta pela Moradia e o Mundo do Trabalho: unificando o “caracol e sua concha”[\[1\]](#) \*

Fernanda Keiko Ikuta\*\*

## Introdução

A luta pela moradia e o movimento sindical cumprem o papel de serem um exemplo, entre os vários possíveis, para o exercício a que nos propomos neste texto: refletir sobre a dessintonia de diferentes frentes de luta, sobre a fragmentação, na prática e análise destas, e a conseqüente necessidade de se pensar a imbricação dessas lutas para um caminhar no sentido da superação do imediatismo, da atomização e da institucionalidade, e um permitir-se ao menos à “consciência da ausência de uma luta paradigmática”[\[2\]](#), isto é, uma luta contra-hegemônica, anti-capitalista e para tanto unificada organicamente. Desta maneira, tal reflexão não se limita aos exemplos a serem trabalhados, ou seja, a necessidade de busca de unificação não é somente das lutas citadas (moradia e trabalho), ao contrário, a discussão pode levar a um (re)pensar das práticas e das teorias de todos os movimentos sociais ou ainda, da *sociedade fragmentada* (composta de indivíduos *ensimesmados*, sem nenhuma perspectiva coletiva) porque fetichizada pela lógica do mercado. Assim, vale ressaltar, o que iremos realizar aqui é o discorrer sobre um exemplo, dentre muitos, de dessintonia de lutas, tendo como pressuposto a separação forçada, e por isso artificial, entre as duas dimensões do ciclo do capital (esfera da produção e esfera da reprodução) que se explicitam nas pseudo-dicotomias campo-cidade, sociedade-natureza, morar/viver-trabalhar, etc[\[3\]](#).

Todavia, por questão de recorte desta investigação, o ponto de partida para pensar a dessintonia entre as reivindicações sociais é a luta popular pela moradia. Isto é, a dessintonia das reivindicações entre a luta popular pela moradia (reivindicando especificamente casa, serviços ou equipamentos urbanos) e a luta dos sindicatos dos trabalhadores (reivindicando especificamente melhores condições de trabalho e aumento salarial) é tomada com vistas à moradia.

No entanto, os recursos analíticos estão prioritariamente fundados no *trabalho* enquanto categoria de análise fundamental para a apreensão do desenho *societal*. O que quer dizer, que pretende-se discutir a luta pela moradia ampliando as delimitações analíticas do debate predominante até o presente. Ou seja, busca-se entender a dinâmica desta problemática sem limitar-se à análise da esfera da reprodução/consumo, mas considerando todo o ciclo do capital (o que obviamente inclui o momento da produção) na compreensão da questão da moradia. Entendemos que a problemática da moradia, no âmbito das contradições da sociedade urbana, é *um* dos componentes de todo um conjunto de precariedades ou exclusões nas condições de existência da população trabalhadora expropriada.

Assim, o processo engendrante das contradições sociais não pode ser apreendido apenas através do mercado, como *espaço de leitura da história* (MOREIRA, 1985). Com o intuito de discorrermos sobre tais questões, apresentamos na primeira parte do texto a tentativa de refletir a moradia para além da unilateralidade da esfera da reprodução da força de trabalho, compreendendo a necessidade de imbricar o momento da produção com o momento da reprodução, ultrapassando o isolamento em torno de si mesma em que esta questão foi tratada até o momento.

A partir disto, abre-se espaço para a construção da ponte teórica entre trabalho e moradia, para então na segunda parte, explicitá-la no contexto das transformações atuais na estrutura *societal*, a fim de expor as conseqüências objetivas e subjetivas da *reestruturação produtiva*, da *crise da sociabilidade* ou, de forma mais abrangente, da *transição paradigmática* que atravessamos.

Vale destacar, que o exercício a que nos propomos neste texto, não é mais que a intenção de realizar alguns apontamentos iniciais destas questões, sem a menor pretensão de fechar a discussão.

Mas diante do agravamento do conjunto das condições precárias de existência da população no cenário *societal* em que vivemos, o que queremos é ao menos discorrer sobre o caminho que achamos interessante tomar para, enquanto perspectiva, direcionarmo-nos para a construção de possibilidades que possam alimentar o inconformismo e a indignação perante o que existe, impulsionando alternativas para a sua superação.

### **Moradia: da Esfera da Reprodução para o Ciclo Completo do Capital (A Imbricação entre o Momento da Produção e o Momento da Reprodução)**

“Por processos refinados, a exploração direta se duplica por meio de uma exploração indireta e se estende da empresa (a fábrica, a usina) ao conjunto da vida quotidiana no quadro urbano.”  
(Engels apud Lefebvre)

A problemática da moradia sempre esteve relacionada, nos textos literários e científicos a respeito, com o processo de industrialização. As *grandes cidades industriais* é que viviam o problema do “inchaço urbano” e suas “condições de vida espoliativas”. Só para dar algum exemplo, autores como EVERS, PLATENBERG e SPESSAST (1980) e KOWARICK (1991<sup>[4]</sup>), falam da “industrialização periférica” na América Latina, ou ainda, da “metrópole do subdesenvolvimento industrializado” como um processo causador da “deterioração das condições reprodutivas”, ou da “espoliação urbana”, ou ainda, da crescente “pauperização das classes trabalhadoras” devido à diminuição do emprego, à redução do salário real e à concentração da renda, assim como à intensificação das migrações internas (campo-cidade) que produziam a “inchaço” ou o “crescimento incontrolável” das grandes cidades. À redução drástica das possibilidades de gastos estatais no campo do “bem-estar social” com o aumento da dívida externa e a expansão das ditaduras militares no campo político se somam às causas que resultaram na “pauperização da massa trabalhadora” na América Latina, ou seja, da população que não consegue “*suprir as necessidades históricas de reprodução através da venda de sua força de trabalho no mercado (...) [em] dimensões jamais atingidas antes do início do processo de industrialização*” (EVERS, PLATENBERG e SPESSAST, 1980, p.7).

E para “resolver” a problemática da moradia, chegou-se até mesmo a se interpretar que a satisfação/solução da questão está no *acesso aos bens de consumo* que “qualificam os cidadãos em sua dignidade” (RUSCHEINSKY, 1999, p.164). A aquisição da casa própria, o planejamento e/ou políticas públicas estatais seriam a redenção da questão.

Todavia, há algumas observações a serem feitas sobre tais análises.

Um primeiro e básico aspecto é que a problemática da moradia não se reduz às grandes cidades industrializadas. Há muito, as favelas, os cortiços e os moradores de rua são também uma realidade nas cidades médias não industrializadas, inclusive. O que denota a complexidade e amplitude da lógica de valorização e gestão capitalista do espaço. Mas o aspecto fundamental a ser destacado, é que ao objetivarmos realizar uma ponte que evidencie a imbricação da questão da moradia com o mundo do trabalho, nosso viés não é necessariamente o processo de industrialização ou mesmo o momento posterior da consolidação de um complexo industrial no país. Ou seja, não se trata de compreender o processo de industrialização e a questão da moradia como causa-efeito. O

que está em jogo na compreensão do mundo do trabalho é o *processo de reestruturação produtiva*. E a diferença não é só por estarmos vivendo períodos históricos diferentes, isto é, não se trata mais do processo de constituição/formação da “industrialização tardia no Terceiro Mundo”, mas de um tempo/espaço em que este processo já estaria consolidado. E mais que isso, nossos pressupostos são as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões para as relações sociais como um todo que logicamente inclui os aspectos da reprodução da força de trabalho e dentro disto, a questão da moradia.

Na verdade, interessa-nos refletir sobre a questão da moradia no contexto da *dominação do trabalho pelo capital*, como relação básica para a extração da mais-valia que, senão assim, não poderia ser extraída e teria como consequência máxima, o desaparecimento da acumulação (HARVEY, 1982). Neste sentido, as seguintes perguntas são colocadas em pauta: de que maneira os problemas e as lutas urbanas, elementos pertencentes à esfera da reprodução da força de trabalho, estão imbricadas com a dominação do trabalho pelo capital, isto é, com as questões diretamente ligadas à produção? Ou por que as lutas travadas no espaço urbano devem ser vistas por dentro desta relação e não como lutas independentes?

O primeiro ponto a ser considerado é que a moradia é um dos elementos necessários à reprodução da força de trabalho, mas o capitalista transpõe isto ao trabalhador deixando de se responsabilizar por esta. Com a separação entre o viver e o trabalhar, a habitação fica totalmente sob a responsabilidade do trabalhador<sup>[5]</sup> (daí a autoconstrução, sobre-trabalho, ser cada vez mais a única alternativa para um número maior da população) e o aluguel que deveria estar contido como um item do salário, não é mais pago pelo capitalista. E como consequência disto, o salário diminui uma vez que a adição do aluguel faz com que se reduza o custo de produção e reprodução da força de trabalho no montante (ENGELS, 1971, p.153 *apud* BLAY, 1985, p.18). Por meio do trabalho não pago, o capitalista deixa de responsabilizar-se pela moradia e com isto amplia sua extração de mais-valia sobrecarregando o trabalhador. Quando ocorre a autoconstrução, por exemplo, há um alongamento da jornada de trabalho que irá repercutir na acumulação do capital, uma vez que permite o pagamento de salários mais baixos. Trata-se então, de voltar concomitantemente a atenção para a dominação do trabalho pelo capital, relação básica para a extração da mais-valia, como apontamos acima. Ou seja, vemos que de fato a moradia é um elemento fundamental para a reprodução do capital, mas compreendê-la requer que se considere e entenda todo o ciclo do capital.

O segundo ponto, que na verdade se intersecciona com o primeiro e nos ajuda a explicá-lo melhor, é a separação entre o “caracol e sua concha”: A dicotomia da *separação entre o local de trabalho e o local de reprodução e consumo* (efetivada pelo capitalismo industrial através da reorganização do trabalho e do advento e desenvolvimento do sistema fabril que força esta separação), oculta a fonte do verdadeiro conflito (capital x trabalho), amenizando as contradições sociais por meio da *fetichização* que transporta o conflito para a esfera do mercado. Na verdade, tal separação tem seus primórdios quando da instauração do trabalho assalariado pelo capital e da promoção da despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, isto é, de seus meios de produção. Para HARVEY (1982, p.8), que considera a dicotomia entre o *viver* e o *trabalhar* “*uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista (...) a separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes*”. Acrescentamos que, com isto, o mercado (a esfera da reprodução/consumo) ao ganhar protagonismo como esfera analítica independente, dissimula que a verdadeira fonte de tensão é o conflito capital x trabalho. Desta “leitura”, desdobram múltiplas análises como as que vêm na falta de acesso de grande parte da população à moradia e ao próprio direito à cidade um problema que se restringi meramente à incapacidade de potencial de renda para tanto.

Também tem a mesma origem, a crença cega de que a solução para o *déficit habitacional* (sem contar que em si tal noção é uma falácia, pois o problema da moradia não está no desequilíbrio entre oferta e demanda) é solucionada através da produção capitalista de unidades habitacionais. Ou ainda, a crença nas promessas do urbanismo moderno e seus planejamentos urbanos que supõem uma cidade neutra, aleatória, sem contradições, e que por isso não apreendem a transformação da cidade em capital-dinheiro (onde o objetivo é a maximização da taxa de lucro espacial e o resultado a intensificação da exclusão social). Para LEFÈBVRE (1999), pensar uma *solução* para a problemática urbana não é pensar “*um crescimento organizado (planejado) das forças produtivas!*”.

Em outra tendência analítica freqüente, costuma-se abordar a problemática da moradia descrevendo-se todo o quadro de precariedade e exclusão “dos benefícios do desenvolvimento urbano” como extorsões dos elementos socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores que aguçam a situação de exploração do trabalho ou mesmo de desemprego. Tem atenção especial neste tipo de análise a “mediatização” do Estado, que cumpre o papel de regular os padrões de reprodução urbana, melhorando-os ou piorando-os de acordo com o que os moradores consigam obter do poder público. Esses processos irão variar de acordo com a conjuntura política e “*podem ou não estar associados às conquistas que o movimento operário ou sindical obtenha na esfera das relações de trabalho*” (KOWARICK, 2000, p.23) (grifos nossos). Reconhece-se que a *espoliação urbana* é decorrente do processo de acumulação do capital, todavia a questão fundamental é restringida à “conquista dos elementos básicos para a sobrevivência nas cidades” ou melhor, à capacidade de negociação “dos vários grupos e camadas sociais” junto ao Estado na conquista destes. O campo de conflito permanece sendo a esfera da reprodução/consumo, apesar de reconhecido a íntima ligação com a acumulação do capital, tanto que tal processo *pode ou não* estar associado às conquistas do mundo do trabalho, já que o capital não está identificado como um dos “*adversários*” reais nesta dinâmica[6]. Os elementos da esfera das “relações de trabalho” ficam de fora da relação de luta direta: ainda que os trabalhadores assalariados, autônomos ou informais, ou desempregados sejam também (isto é, ao mesmo tempo) os moradores precarizados, no campo da luta estes sujeitos não se cruzam verdadeiramente mesmo que o foco de análise seja as típicas Vilas Operárias[7]. Ou seja, as “contradições urbanas” são entendidas no âmbito dos *bens de consumo urbano*. É ainda que se enfatize que a intervenção do Estado está direcionada para a maximização da realização do capital em escala ampliada, gerando prejuízo da grande massa trabalhadora, em grande parte das vezes, se desemboca na nobre questão da *cidadania*, que sem os devidos cuidados, pode torna-se, na verdade, um culto à chamada *sociedade democrática*[8]: um verdadeiro “*pisar em falso*” na questão.

Quanto à práxis das lutas, o entendimento da problemática da moradia no contexto da estrutura societária nos permite considerar ainda, que a lógica de (des)socialização/fragmentação imposta pelo capitalismo mundializado atinge não só a objetividade (condição de moradia, emprego, etc.) mas também a subjetividade (consciência de classe) da classe trabalhadora, acarretando a desidentificação com o coletivo, e assim, o imediatismo, o corporativismo e o caráter atomizado das organizações que atuam de forma independente e desarticulada. Esta *crise da sociabilidade*[9], obviamente repercute tanto na crise do sindicalismo, como no imediatismo dos movimentos populares urbanos. É sobre esta questão que nos debruçaremos a seguir.

**Trabalho e Moradia no Contexto das Transformações Atuais na Estrutura Societal: Reestruturação Produtiva, Crise da Sociabilidade e Transição Paradigmática**

“Tanto no domínio da produção como no domínio do consumo, a sociedade capitalista afirma-se cada vez mais como uma sociedade fragmentada, plural e múltipla, onde as fronteiras parecem existir apenas para poderem ser ultrapassadas.”

(Boaventura de S. Santos, 2000, p.33)

As transformações ocorridas com a *mundialização do capital* têm repercussões no contexto das demandas gerais da sociedade. Assim, a exclusão ou inclusão precária em relação à moradia, é *uma* das conseqüências objetivas destas transformações e que por isso, não pode ser compreendida isoladamente uma vez que um sem-teto é concomitantemente precarizado nos âmbitos do trabalho, da saúde, da alimentação, da qualidade ambiental, do lazer, dos meios de transporte, etc. Portanto, é a partir do entendimento da intensificação da precarização do *conjunto das condições sociais de existência*, que surge o exercício teórico de estreitamento da discussão da moradia com o *mundo do trabalho*. E para apreender o processo de precarização do conjunto das condições sociais de existência, não se pode desconsiderar as conseqüências provindas do novo complexo de reestruturação produtiva que, no Brasil se deu, a partir do governo Collor, nos anos 90, através da política neoliberal que impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital.

Além dos aspectos objetivos citados, a subjetividade social é também atingida a partir de um processo contraditório e simultâneo pautado na lógica fragmentadora e ao mesmo tempo homogeneizante do capital, onde se reproduz, enquanto processo homogeneizante, uma sociabilidade ou, em outras palavras, um modo de vida apropriado às imposições do capital. Esta padronização da sociedade exprime a fetichização da mercadoria, ou ainda a fetichização societal, isto é, a sociedade de massa que tem como elemento integrador o consumo, tendo como condição a normalização e a normatização dos comportamentos e práticas sociais.

Da mesma maneira, se produz ao mesmo tempo uma dessocialização que dissolve as relações comunitárias, relaxa o vínculo social e fragmenta as negociações coletivas nesta crescente dificuldade em agregar interesses político-ideológicos (BIHR, 1998). HARVEY nos acrescenta que “*a luta de classes se fragmenta com excessiva facilidade em um sem-fim de interesses comunitários fragmentados geograficamente, facilmente cooptados pelo poder burguês ou explorados pelos mecanismos da penetração do mercado neoliberal*” (HARVEY, 1999, p.63). Este processo homogenizador/fragmentador e suas conseqüências para a práxis social é o que BIHR (1998) identifica como sendo a *crise da sociabilidade*.

Tal dinâmica nos possibilita entender então, as conseqüências diretas para o fragmentado *mundo do trabalho*. A *crise do sindicalismo* moderno é exemplo claro disto. E é ainda ao considerar as estratégias que a *nova ofensiva do capital* toma na produção e reprodução, que ao menos nos aproximamos de compreender a luta pela moradia para além das demandas imediatas.

Resgatando e aprofundando o exposto acima, recorreremos a ANTUNES (2000) que para tratar das transformações em processo na sociedade contemporânea, discorre sobre alguns pressupostos analíticos básicos. Um primeiro aspecto é que as transformações em pauta ocorrem tanto nas formas de materialidade (ou objetividade), quanto na esfera da subjetividade. Um aspecto que também merece destaque é a consideração de que “*a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca de produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército*

*industrial de reserva, do número de desempregados*” (p.16) (grifo do autor)[10]. Antunes ainda faz uma crítica às formas concretas de (des)socialização humana que considera uma condição para realizar a crítica à fetichização das formas de representação vigentes, do ideário dominante na sociedade hoje (o culto da “sociedade democrática”; a crença na desmercantilização da vida societal; o advento da comunidade comunicacional; e o fim do trabalho e a realização concreta do “reino do tempo livre”)[11]. Um último aspecto, é que o capital assume, ao longo do seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca.

A *crise do taylorismo e do fordismo* é identificada como a expressão fenomênica da *crise estrutural* do capital que se reorganiza no seu sistema ideológico e político de dominação. Esta resposta do capital para sua crise (a adoção do *toyotismo* e suas formas de acumulação flexível, de gestão organizacional e de avanço tecnológico) tem repercussões diretas para o trabalho, até porque cumpre o papel de ser uma *ofensiva do capital* para recuperar a sua hegemonia, o que significa controlar as lutas sociais. São então criadas novas formas de intensificação do trabalho. ANTUNES pontua as seguintes: desregulamentação dos direitos do trabalho; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; e destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de empresa (p.52-53). Ocorre hoje, uma redução do proletariado industrial (o tradicional) concomitante ao aumento do “novo proletariado” (os terceirizados e subcontratados).

Também para ALVES (2000) a partir da nova etapa do capitalismo mundial, caracterizado pela *produção destrutiva* ou *manipulação social*, o *complexo de reestruturação produtiva* surge como uma ofensiva do capital na produção, pois debilita a classe tanto no aspecto objetivo (a constituição do que denomina de “*novo (e precário) mundo do trabalho*”) como no subjetivo (consciência de classe: debilitação da solidariedade de classe), que para ele é o principal aspecto debilitado. Neste quadro, se delineia a *crise do sindicalismo* moderno que teria como principais características: a perda da representatividade sindical; o que o autor classifica como a “*esclerose organizacional*”; a crescente dificuldade de agregar interesses; e principalmente, a debilitação político-ideológica da perspectiva de classe.

É com a debilitação (fragmentação) subjetiva da classe que se desenvolve as *estratégias sindicais neocorporativas*. Agora, a própria “*disposição intelectual-afetiva*” do trabalhador “*é constituída para cooperar com a lógica de valorização do capital*” e não mais apenas o “fazer” e o “saber” operários são capturados (ALVES, 2000, p.54). Os imperativos da concorrência se explicitam nas reações corporativas dos sindicatos, e além da burocratização sindical, pode-se assinalar que o sindicalismo vive limites histórico-ontológicos que é a sua crise estrutural e não conjuntural. O que coloca a práxis política e ideológica da classe acima da práxis sindical em importância.

Tal análise nos propicia denotar que “*sob as novas condições sócio-históricas da mundialização do capital, as estratégias [sindicais] não conseguem ir além do espaço econômico-corporativo*” (ALVES, 2000, p.350). E como tentamos construir ao longo do texto, isso ocorre indistintamente tanto para lutas situadas na esfera imediata do trabalho e da produção (movimento sindical) como para as lutas que, como entende BIHR (1998), reivindicam “*aspectos da vida social que não parecem diretamente determinados pelas relações capitalistas de produção*” (p.143). (grifo nosso) Se compreendemos que é através do “*processo de apropriação capitalista da práxis social*” que os imperativos da reprodução do capital submetem esta prática social, podemos chegar à conclusão de que “*a reprodução dessa relação social, que é o capital, exige que todas as relações sociais (e não mais somente as relações de produção) sejam submetidas à ‘lógica’ da equivalência de troca mercantil*” (idem, p.144) (grifo nosso). É a fetichização *societal*.

Diante de tais transformações/crises, ALVES apresenta como perspectiva para a “*defesa da própria existência da classe*”, para evitar sua degradação física e moral, a “*necessidade da constituição de uma resistência estratégica da classe trabalhadora*” que possa, através da solidariedade, reagir à fragmentação e banalização cultural (ALVES, 2000, p.352) (grifos do autor).

Para BIHR (p.155), a reapropriação das condições sociais de existência supõe que se estabeleça uma *ligação orgânica* entre “os ‘*novos movimentos sociais*’ e a *luta de classe do proletariado*”.

Em uma perspectiva diferenciada e mais ampla, que iremos apenas introduzir/sinalizar até mesmo por sua complexidade e profundidade, mas que merece ser feita porque nos abre horizontes para pensar com rigor as transformações atuais, B. de S. SANTOS (2000) trabalha com a idéia de que vivenciamos mais que um momento de crise, mas um momento de *transição paradigmática*. Isto porque, para ele, as sociedades e culturas contemporâneas são intercalares. Assim, estaríamos vivenciando a transição entre o paradigma da modernidade e um emergente que ainda é bastante difícil de identificar. É bastante interessante a idéia de que a *transição paradigmática* tem duas dimensões, uma *epistemológica* (que ocorre entre o paradigma da ciência moderna, baseado no *conhecimento-regulação* e um paradigma emergente, que se basearia num *conhecimento-emancipação*) e outra transição *societal* (que se dá entre o paradigma dominante, o da sociedade patriarcal, da produção capitalista, do consumismo individualista e mercadológico, das identidades-fortaleza, da democracia-autoritária, do desenvolvimento global, desigual e excludente, e um novo paradigma ou, como reconhece o autor, um conjunto de paradigmas que não se pode mais que “vislumbrar sinais”).

Levar em consideração tais transições, na amplitude da análise do autor permite repensar que o primar pelo planejamento urbano e a sustentação da fragmentação da análise das diferentes frentes de luta dicotomizando-as em campo-cidade, morar/viver-trabalhar, por exemplo, são resultados do *conhecimento-regulação* predominante no discurso científico e materializada na sociedade fetichizada/homogeneizada, a sociedade padronizada pelo/do mercado e contraditória e concomitantemente sociedade fragmentada, individualizada ou ensimesmada. Como B. de S. SANTOS explica: “... *deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante já que elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias regulatórias*” (SANTOS, 2000, p.16). Mas o mesmo autor também nos abre para pensar que um novo *conhecimento-emancipação* e uma nova sociedade são possíveis e necessários construir, uma vez que “*a irracionalidade da sociedade moderna reside em ela ser produto de uma vontade particular, o capitalismo, e não de uma vontade geral, ‘uma vontade unida e autoconsciente’*” (HORKHEIMER, 1972, p.208 apud SANTOS, 2000, p.25).

### **Considerações Finais: a *dessintonia entre os movimentos sociais e a “consciência da ausência” das lutas paradigmáticas***

Mesmo com o agravamento do desemprego, da informalidade, da perda dos direitos trabalhistas já conquistados e do conjunto das condições de reprodução social da classe trabalhadora (crescente precarização nas condições de moradia, educação, alimentação, saúde, saneamento, transporte, etc.), nem os sindicatos, enquanto uma das práticas coletivas do movimento operário, tem reivindicado as necessidades que constituem a dita esfera da reprodução, nem os movimentos por moradia ou movimentos urbanos em geral têm reivindicado melhorias nos aspectos ditos da esfera da produção. As reivindicações não se cruzam, o que impera é a fragmentação do ser e da

prática social: o trabalhador, quando organizado, não se enxerga também como morador e vice-versa. Isto porque, o viver e o trabalhar estão fragmentados no pensar e na prática política destes sujeitos. E neste sentido, como vimos, o processo de mundialização do capital e a reestruturação produtiva desencadeada enquanto ofensiva do capital, afetam diretamente a organização das práticas sociais, incidindo tanto na fragilização da organização sindical, como nas lutas de diferentes movimentos sociais, pois atingem a totalidade das condições de produção e reprodução social do capital e do trabalho. Tal fragmentação social, fundada no ideário neoliberal, é um elemento indispensável à tarefa hegemônica do capital.

Assim, somente quando se coloca em pauta a imbricação das diferentes frentes de luta [12], no sentido da unificação orgânica destas, é que se pode revelar as bases fundamentais do conflito e ultrapassar a fragmentação e a fetichização do ser social, caminhando para uma superação não só epistemológica, mas também ontológica deste. Trata-se de direcionar a transformação da *globalização como ideologia* e da *mundialização do capital como processo civilizatório humano genérico* (a fragmentação é um instrumento do capital e o ser genérico expressa nada mais que a subordinação) (ALVES, 2001), em mundialização e globalização *para si*. Pode ser este o papel dos movimentos sociais.

Para finalizar alimentando a utopia, recorreremos a SANTOS (2000, p.19) que fala das lutas paradigmáticas que, segundo ele, são as que “*visam aprofundar a crise do paradigma dominante e acelerar a transição para o paradigma ou paradigmas emergentes*”. Todavia, como o próprio autor explica, “*a transição paradigmática é um objectivo de muito longo prazo*”. Mas as lutas sociais, políticas e culturais, por sua vez, precisam ser travadas a curto prazo para que sejam “*credíveis e eficazes (...), no prazo de cada uma das gerações com capacidade e vontade para as travar*”. Ou seja, as lutas paradigmáticas tendem a ser travadas “*como se fossem subparadigmáticas*”, mas a “*sucessão das lutas e a acumulação das frustrações vão aprofundando a crise do paradigma dominante, mas, em si mesmas, pouco contribuirão para a emergência de um novo paradigma ou de novos paradigmas. Para que isso ocorra, é necessário que se consolide a consciência da ausência de lutas paradigmáticas. Essa consciência é tornada possível pela imaginação utópica. A consciência da ausência é a presença possível das lutas paradigmáticas no seio das lutas subparadigmáticas.*” (grifo nosso)

## Bibliografia

- ALVES, G. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Praxis, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000. (Coleção Mundo do Trabalho)
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

- CARDOSO, I. C. da C. A (des)construção da esfera pública: percursos políticos da reprodução social da força de trabalho urbana. In: SERRA, R. (org.) **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UERJ, 2001. p.67-88.
- CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**. Elementos para uma “leitura” geográfica. Presidente Prudente, 1999. Relatório de Qualificação - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP.
- \_\_\_\_\_. Trabalho, Sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Revista Pegada**, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, v. 1, n.1, p. 97 - 118, set. 2000.
- DURAN, R. F., ETXEZARRETA, M., SÁEZ, M. Auge, integración-degradación y crisis de los movimientos antisistémicos a lo largo del siglo XX. In: **Globalización capitalista**: luchas y resistencias. Barcelona: Virus Contra, Baladre, 2001. p.70-81
- EVERS, T., PLATENBERG, C., SPESSAST, S. (1980) **Movimentos de bairro x Estado na América Latina**. São Paulo: 13 de maio – Núcleo de Educação Popular, 1987. (cartilha)
- GOHN, M. da G. CONAM, ANAMPOS e PRÓ-CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES: três formas de organização da cidadania e da cultura política. In: ABREU, H. et al. **Movimentos Populares Urbanos**: crises e perspectivas. FASE/CIDADE, [199?], p. 13 – 36.
- HARVEY, D. La geografía del poder de clase. **Viento del Sur**. México, n. 14, p. 49-72, março 1999.
- \_\_\_\_\_. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, 1982, n.6, p. 6 - 35.
- IKUTA, F. K. A luta pela moradia em Presidente Prudente *para além de quatro paredes*: uma contribuição para a “leitura” geográfica dos movimentos sociais urbanos. **Revista Pegada**, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, V. 1, N.1, p. 39 - 46, set. 2000.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: 34, 2000.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos**: o marxismo revolucionário e o movimento sindical. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. Porto: Escorpião, 1985
- MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PESAVENTO, S. J. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho – 1880 –1920. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. (Síntese Rio-grandense; 18/19)
- PROJETO MORADIA. **Instituto Cidadania**, 2000.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas grandes cidades**. São Paulo: Contexto, 1988.
- RUSCHEINSKY, A. **Metamorfoses da cidadania**: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- SANTOS, A. **Trabalho e globalização**: a crise do sindicalismo propositivo. S.l.: Praxis, 2001. 116p. (Série Risco Radical)

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000, v.1. (Título da obra: **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.)

THOMAZ JÚNIOR, A. **Movimentos sociais populares**: entraves à unificação orgânica (uma contribuição ao debate). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1992. (mimeogr.).

\_\_\_\_\_. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. (no prelo)

---

[1] A inspiração para a metáfora é Marx, em *A Ideologia Alemã*. A despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, sua separação dos meios de produção ou ainda, a separação entre o *caracol* e sua *concha* (a dicotomia entre o viver e o trabalhar, a separação entre o local de trabalho/produção e o local de vida/reprodução) vigem desde os primórdios da produção capitalista.

\* O presente texto traz alguns apontamentos que fazem parte da pesquisa em desenvolvimento intitulada “A luta pela moradia em Presidente Prudente *para além de quatro paredes*: uma contribuição para a reflexão geográfica sobre os movimentos sociais urbanos”, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

\*\* Mestranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Bolsista FAPESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT. *E-mail*: ferikuta@hotmail.com

[2] Idéia desenvolvida por Boaventura de S. Santos e que será tratada com maiores detalhes posteriormente.

[3] É preciso considerar, portanto, que o conjunto das questões apresentadas acima constitui um desafio maior de investigação que escapa às reflexões introdutórias que pretendemos levantar no presente texto para abrir a interlocução.

[4] Apud Kowarick, 2000.

[5] Durante a primeira etapa da industrialização, o local de morar estava ligado ao local de trabalhar e o capitalista era o “responsável” pela casa: são as vilas operárias. Na verdade, as vilas operárias eram construídas (embora, segundo Blay, 1985, continuam sendo construídas ainda hoje) pelo próprio industrial e permaneciam como propriedades destes para que cumprissem o fim de reduzir o custo da reprodução da força de trabalho. Contudo, já aqui, tal superposição de papéis (proprietário e empregador), permitia que o capitalista exercesse um duplo mecanismo de dominação sobre o inquilino-operário.

[6] Outra dicotomia das lutas é o fato de o Estado sempre ter sido tomado como o adversário do movimento popular, enquanto o capital o adversário do movimento sindical.

[7] Todavia, para BLAY (1985), as vilas operárias são um importante elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força e como tal, um caminho para entender a complexidade do papel da casa nas relações de produção.

[8] Antunes, 2000.

[9] Mais detalhes sobre tal noção em Bihr (1998).

[10] Em 1999, há 1 bilhão de pessoas, ou seja, 1/3 da força de trabalho mundial, desempregados ou precarizados. O que para Antunes retrata o fim do emprego formal com direitos, mas não o fim do trabalho.

[11] Para maior detalhes cf. Antunes, 2000.

[12] E, como tentamos demonstrar no decorrer do texto, isto significa mais do que reconhecer que o problema da moradia *passa* por soluções situadas no âmbito das relações sociais de produção, já que, quase sempre, isto quer dizer apenas considerar o peso da *renda* familiar do trabalhador como causa da problemática.